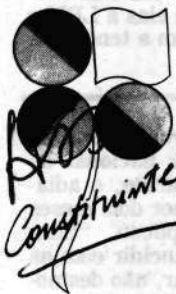


20 SET 1985

# Bierrembach tentará consenso entre políticos para elaborar substitutivo

Da Sucursal de Brasília e da Reportagem Local



O relator da comissão mista que examina o projeto do governo de convocação da Constituinte, Flávio Bierrembach (PMDB-SP), 45, disse ontem que vai buscar o consenso da classe política para elaborar o substitutivo à mensagem enviada ao Congresso pelo presidente José Sarney. "A partir de segunda-feira — disse o deputado —, vou ouvir os líderes de todos os partidos e acredito que todas as questões, mesmo as mais polêmicas, serão decididas por unanimidade pela comissão".

Bierrembach disse que o seu trabalho na comissão mista está orientado por quatro parâmetros: o ideal em termos de interesse público; a realidade política em termos de Congresso e do País; a posição do seu partido e, por fim, as suas posições pessoais. A fase de tomada dos depoimentos pela comissão termina na próxima quinta-feira. Os dias 1 e 3 de outubro

serão reservados à apreciação e votação do parecer, prazo que eventualmente poderá ser estendido até o dia 7. Ontem pela manhã, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), 55, foi portador de um abaixo-assinado, entregue à comissão mista, organizado por quinhentas entidades da sociedade civil de todo o País — com mais de cinco mil assinaturas —, pedindo maior participação popular na elaboração da nova Constituição.

## Tarefa difícil

Mas a busca do consenso não será uma tarefa fácil. As três questões consideradas polêmicas, que são os prazos para a desincompatibilização dos ocupantes de cargos executivos, os delegados constituintes e o referendo popular para as questões que não obtiverem 2/3 de votos nas duas Casas, até agora não alcançaram um denominador comum entre as lideranças partidárias.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), 52, disse ontem que tanto ele quanto a sua bancada continuam firmes na posição contrária aos delegados constituintes. Esta posição é compartilhada pelos líderes do PMDB na Câmara dos Deputados e Senado Federal,

deputado Pimenta da Veiga (MG), 38, e senador Humberto Lucena (PB), 57. Já o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), 45, diz que é uma proposta a ser estudada.

Quanto à questão dos prazos para a desincompatibilização (que hoje variam entre quatro e seis meses) também não há concordância. Enquanto Pimenta da Veiga levava ao Conselho Político a tendência da sua bancada pela aprovação de um prazo intermediário entre os atuais e o proposto pela emenda do deputado Manoel Costa (PMDB-MG) — que fixa o prazo de um ano —, Humberto Lucena contestava a idéia, sem sequer ouvir a bancada do PMDB no Senado.

Entre os líderes do PFL acontece a mesma coisa. Enquanto o líder do partido na Câmara, José Lourenço, afirma que ainda não tem a posição da sua bancada e que a questão é polêmica, seu companheiro no Senado, Carlos Chiarelli, diz que os senadores frentistas estão inclinados a aprovar um prazo intermediário, entre oito e nove meses. O consenso existe, entretanto, sobre um ponto: todos os líderes concordam que o prazo para a desincompatibilização deve ser igual para todos.

## Assembléia deve ser independente, diz Maksoud

88  
09/85  
985

O empresário Henry Maksoud, proprietário do grupo Visão, defendeu ontem, em Brasília, no depoimento que prestou à comissão mista que examina o projeto do governo para a convocação da Constituinte, a idéia de compor a Assembléia independente do Congresso Nacional. "Câmara, Senado e partidos políticos nada têm a ver com Constituinte", defendeu o empresário.

Na opinião de Maksoud, a Constituição deve ser elaborada por uma entidade constituinte independente de qualquer dos três Poderes e de

quaisquer partidários. "A adesão a princípios gerais permanentes significa deixar de tomar medidas imediatistas e facciosas a que os membros de uma maioria eventual não gostariam de se submeter. Como a Constituição é o instrumento que estabelece os princípios mais gerais que regulam os atos do Poder Legislativo, não faz sentido que este mesmo Legislativo possa elaborar ou modificar uma Constituição", defendeu o empresário.

A proposta de Maksoud foi contestada por vários parlamentares, entre

eles, o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), 42: "Temos uma tradição de partido no País, e como então fazer uma Constituinte sem partidos? É a mesma coisa que fazer-de-conta que não existem partidos políticos e Congresso. É desconhecer todos os avanços que o País alcançou. É como se uma Constituinte fosse uma força solta, inteiramente alheia às condicionantes da História". Maksoud rebateu afirmando que "exatamente o que falta ao Brasil é uma tradição política, partidária e de sistema de governo".

## Comparato vs. Almino; e a platéia chega ao delírio

O embate entre os dois times parecia inevitável. De um lado, estavam os representantes do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, liderados pelos juristas Dalmo Dallari e Fábio Konder Comparato. De outro, dois representantes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais: o jurista Miguel Reale Jr. e o promotor paranaense Fajardo Pereira Faria. O confronto, no entanto, para o delírio de uma platéia de oitocentas pessoas que ocupavam o Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no largo São Francisco, região Central de São Paulo, na última quarta-feira, foi travado entre Comparato e um jogador sem time: o secretário de Negócios Metropolitanos, Almino Afonso, que defendeu a proposta do governo de um Congresso Constituinte.

Durante as duas horas e meia do debate, que teve início às 20h30, o momento mais acalorado foi quando o jurista Comparato, 48, rechacou, empunhando seu microfone, em pé, os "argumentos pragmáticos" de Almino e defendeu as propostas do Plenário. Foram dezessete minutos, que culminaram com a platéia gritando e aplaudindo em pé. Mesmo dizendo que a situação era constrangedora para ambos, Comparato não poupou críticas a Almino, 56.

O secretário paulista defendeu um Congresso Constituinte baseado em "argumentos pragmáticos", como os altos gastos para a eleição dos candidatos. Segundo ele, a eleição de um Congresso e uma Assembléia não impediria que os representantes do poder econômico fossem eleitos em ambos. "O que vai dar soberania à Assembléia Constituinte é sua composição real. Precisamos encontrar meios de deter as minorias privilegiadas", sustentou.

### Sem peso

"Seus argumentos não têm peso", rebateu Comparato. Disse que os atuais congressistas não cumprem seu papel de legislar, quanto mais de representar a Nação numa futura Constituinte. Sobre os custos das campanhas, o jurista lembrou que alguns candidatos foram eleitos em 82 com gastos mínimos. "Se o Congresso tivesse vontade, poderia criar formas hoje para impedir o abuso do poder econômico", disse. Comparato finalizou sua exposição dizendo que não é possível fazer uma Constituinte num país subdesenvolvido sem mudar a ordem econômica e social. "Querem uma mudança de regime, sem derrubar o regime", concluiu.

A reversão do jogo ocorreu logo no início. Reale Jr., 41, disse que não era democrático submeter os membros da Comissão Provisória de Estudos

Constitucionais a uma sabatina. Após afirmar que a Comissão não "tem presunção de realizar um trabalho para ser digerido pela sociedade", assumiu posição pessoal de continuar recebendo sugestões da sociedade durante todo o período de trabalho da Comissão. Recebeu vaias da platéia e uma pessoa lhe perguntou: "Quem escolheu os membros da Comissão?" Reale disse que isso não importava e que exigia respeito da platéia, pois, dos cinquenta membros da Comissão convidados para a sessão, apenas dois estavam presentes. Saiu trinta minutos após o início do debate, alegando compromissos assumidos anteriormente.

### Fajardo aplaudido

Para surpresa geral, Fajardo, 38, abraçou as críticas que o Plenário fez em relação à Comissão e à emenda do governo de convocação da Constituinte: "A proposta hoje no Congresso foi de uma profunda infelicidade, na medida em que confunde poder constituinte e constituído", afirmou. Sob aplausos, disse que o ideal é uma Assembléia Constituinte independente do Congresso: "Sarney não pode entrar em colisão com a sociedade e ignorar a aspiração popular de uma Assembléia autônoma". Atacou, ainda, a participação dos senadores eleitos em 82 na Constituinte e ganhou a simpatia da platéia. (Rita Tavares)